



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. INTRODUÇÃO**

---

- 1.1. Consoante disposto no art. 6º, inciso XX, c/c Art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar destina-se à formalização da primeira etapa do planejamento da contratação pública em apreço;
- 1.2. Os elementos que compõem o presente Estudo Técnico Preliminar, contemplam os requisitos estabelecidos no Art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.
- 1.3. Apresentaremos neste documento a caracterização do interesse público na contratação em tela, estando presentes as características do objeto e a indubitável necessidade da futura avença;
- 1.4. Como instrumento que antecede o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar ora estatuído, demonstrará, ainda, que a contratação em comento constitui a melhor solução para a necessidade pública intentada pela Administração Municipal.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

---

- 2.1. Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO DE ENGENHARIA PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, ESTRUTURAIS, ELÉTRICOS, ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS, NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE**, visando atender adequadamente às necessidades deste município;
- 2.2. O crescimento urbano acelerado no Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, acompanhado da complexidade crescente dos projetos de infraestrutura, educação, saneamento, lazer e equipamentos públicos, tem gerado **DEMANDAS TÉCNICAS QUE EXTRAPOLAM A CAPACIDADE OPERACIONAL ATUAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, especialmente no que diz respeito à atuação da Secretaria de Obras e Urbanismo;
- 2.3. Nesse contexto, revela-se imprescindível a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de consultoria de engenharia e arquitetura, com competência comprovada para apoiar a Administração na elaboração, complementação e ajuste de peças técnicas, emissão de pareceres técnicos especializados, fiscalização e supervisão de obras públicas, bem como na elaboração de reprogramações ou reorçamentos vinculados a convênios ou contratos de repasse;
- 2.4. A atuação da consultoria se estenderá a diversas frentes estruturantes do município, exigindo conhecimento técnico multidisciplinar e experiência prática em obras e projetos como:
- 2.5. Equipamentos públicos voltados à prática esportiva ou de lazer, como quadras, campos e praças;



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

- 2.5.1. Obras de infraestrutura urbana, incluindo pavimentação, drenagem, contenção e sinalização viária;
- 2.5.2. Equipamentos públicos de educação, a exemplo de escolas e bibliotecas; e
- 2.5.3. Obras e serviços de saneamento básico, como redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manutenção de sistemas de drenagem.
- 2.6. A inexistência de corpo técnico interno suficiente e especializado compromete a capacidade da Administração em garantir a regularidade, legalidade, eficiência e qualidade das obras públicas. Além disso, a fiscalização adequada das execuções contratuais e o correto assessoramento na elaboração de estudos e projetos técnicos são condições indispensáveis para assegurar a boa aplicação dos recursos públicos e a continuidade dos serviços de interesse coletivo;
- 2.7. Diante desse contexto, a contratação pretendida visa não apenas suprir lacunas estruturais, mas também fortalecer a governança técnica e a gestão estratégica da infraestrutura urbana e social do município, contribuindo diretamente para o interesse público imediato, com a continuidade de obras e serviços essenciais, e o interesse público mediato, com o desenvolvimento urbano planejado, eficiente e sustentável, ao mesmo tempo em que promove modernização institucional e fortalecimento das capacidades técnicas da Prefeitura;
- 2.8. A execução das ações descritas será de competência legal da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.
- 2.9. Neste cenário, a projeção da demanda foi constituída com base no Documento de Formalização de Demanda da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

### **3. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO**

---

- 3.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA de 2025 com publicação no Plano Nacional de Contratação Pública - PNCP, com descrição por bens materiais, alinhado conforme o inciso II do § 1º do art. da 18 Lei nº 14.133/2021.

### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

---

- 4.1. A **CONTRATADA** será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável a execução do objeto.
- 4.2. A **CONTRATADA** será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, isentando a **CONTRATANTE** de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos dos seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto;
- 4.3. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto deste Estudo Técnico Preliminar qualquer relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**;
- 4.4. A **CONTRATADA** se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do fornecimento/execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes,



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

tributos, indenizações, vale-transporte, vale refeição e outros benefícios exigidos, e ou firmados em convenções ou acordos coletivos, legalmente firmados e registrados no MTE;

- 4.5. A inadimplência da **CONTRATADA** para com encargos, não transfere a **CONTRATANTE** à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- 4.6. A **CONTRATADA** deverá adotar todas as medidas para cumprimento das normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **CONTRATANTE**;
- 4.7. A **CONTRATADA** deverá acatar todas as orientações da **CONTRATANTE**, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 4.8. A **CONTRATADA** deverá manter, durante o fornecimento do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.9. A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade dos serviços a serem fornecidos, devendo, quando solicitado, substituir prontamente aqueles que porventura não atendam aos requisitos contratados, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 4.10. A **CONTRATADA** deverá indicar um profissional de engenharia, do seu quadro técnico, para atuar como o Responsável Técnico dos Serviços, com as qualificações e habilitação mínimas que serão descritas no Termo de Referência;
- 4.11. A **CONTRATADA** deverá garantir que todos os serviços deverão ser realizados por profissionais especializados, que tenham qualificação, treinamento, uniformização, identificação e habilitação adequadas para a realização deste tipo de serviço;
- 4.12. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à **CONTRATADA** otimizar a gestão de seus empregados, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da **CONTRATANTE**;
- 4.13. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo, evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução;
- 4.14. Nenhum serviço fora das especificações integrantes do Termo de Referência poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância da **CONTRATANTE**, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança dos serviços;
- 4.15. Considerando que a **CONTRATADA** tem qualificação técnica e comprovada capacidade para a execução dos serviços, de modo algum será aceita qualquer alegação, durante a execução do contrato, quanto a possíveis indefinições, omissões ou incorreções contidas no conjunto de elementos que constituem o Termo de Referência, como pretexto para pretender cobrar materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas e acessórios;
- 4.16. A **CONTRATANTE** deverá ser previamente consultada nos casos omissos no Termo de Referência e definirá os procedimentos de maneira a manter o padrão de qualidade dos serviços previstos;
- 4.17. **Da Subcontratação:**
  - 4.17.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

expressamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da **CONTRATADA**;

**4.18. Garantia da contratação:**

4.18.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**5. DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

5.1. Com base no levantamento elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Mobilidade Urbana, chegou-se aos quantitativos estimados:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTDE	UNIDADE
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO DE ENGENHARIA PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, ESTRUTURAIS, ELÉTRICOS, ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS, NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE.	12	Mês

5.2. Neste contexto, tem-se demonstrado de forma técnica a necessidade de atender ao interesse público, pois o objeto deste Estudo Técnico Preliminar é medida inadiável para garantir eficiência administrativa, ao mesmo tempo em que promove a modernização institucional e fortalecimento das capacidades técnicas da Prefeitura.

**6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO**

- 6.1. Para atendimento à demanda apresentada, a Administração Municipal analisou possíveis soluções administrativas e contratuais que viabilizassem a obtenção do serviço demandado;
- 6.2. Inicialmente, foram consideradas duas soluções para atendimento à necessidade: (i) a execução direta pela própria Administração Municipal e (ii) a contratação por meio de processo licitatório competitivo. Ambas foram descartadas por inviabilidade técnica, operacional ou jurídica;
- 6.3. A execução direta mostrou-se tecnicamente inviável, diante da ausência de equipe municipal com formação e experiência compatíveis com a complexidade dos serviços demandados, os quais exigem conhecimento técnico especializado em áreas como engenharia, arquitetura, urbanismo, saneamento e gestão de convênios. A inexistência de corpo técnico multidisciplinar comprometeria a adequada elaboração de projetos, a fiscalização de obras e a legalidade dos atos administrativos relacionados à infraestrutura urbana e social;
- 6.4. A realização de processo licitatório competitivo também não se mostra aplicável, tendo em vista que os serviços pretendidos se enquadram no rol de hipóteses de inexigibilidade de licitação, previsto no art. 74, inciso III, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, quando realizados por empresa ou profissional de notória especialização, no caso de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços. A notória especialização da empresa proponente será demonstrada por meio de atestados de



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

capacidade técnica e acervo profissional específico, conforme os requisitos estabelecidos no processo;

**6.5. Solução viável - Contratação Direta por Inexigibilidade:**

6.5.1. Considerando a inviabilidade técnica de competição, bem como a necessidade de contratação de empresa de notória especialização, com atuação comprovada no setor de consultoria e assessoramento de engenharia para gestão e fiscalização de obras, elaboração e aprovação de projetos básicos e executivos, estruturais, elétricos, arquitetônicos e urbanísticos, a solução mais vantajosa e juridicamente adequada é a **CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com base no art. 74, inciso III, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, da Lei nº 14.133/2021, cujo teor pontifica:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; e
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços.

6.5.2. No presente caso, o objeto pretendido caracteriza-se como assessoria técnica especializada, com natureza intelectual, cuja qualidade depende da experiência prévia, reputação técnica e domínio metodológico do prestador;

6.5.3. Adicionalmente, a escolha pela inexigibilidade está alicerçada nos princípios da eficiência, eficácia, economicidade e interesse público, conforme preceitua o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo a alternativa que assegura resultado tecnicamente qualificado, juridicamente válido e financeiramente responsável, com atendimento pleno às necessidades da municipalidade;

6.5.4. Após análise criteriosa das alternativas, conclui-se que a **CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 74, III, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, da Lei nº 14.133/2021, é a solução mais vantajosa e juridicamente adequada, por tratar-se de serviço técnico especializado com viés intelectual e elemento formativo, cuja execução depende da notória especialização do contratado e da impossibilidade de competição objetiva. A contratação direta permitirá à Administração Pública alcançar os objetivos pretendidos com segurança, celeridade, qualidade técnica e em conformidade com o ordenamento jurídico;

**7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Em pesquisa realizada nos portais, redes sociais e instrumentos legais aplicáveis, buscou-se os valores praticados pela contratada em outras contratações celebradas com órgãos públicos municipais, em consonância com o disposto no art. 23, § 2º, inciso III da Lei 14.133/21 e documentação respectiva, apensa, chegou-se ao valor:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
------	-----------	---------	------------	----------------	----------------



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO DE ENGENHARIA PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, ESTRUTURAIS, ELÉTRICOS, ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS, NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE.	MÊS	12	R\$ 9.500,00	R\$ 114.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 114.000,00
CENTO E QUATORZE MIL REAIS					

- 7.2. O valor total estimado para a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO DE ENGENHARIA PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, ESTRUTURAIS, ELÉTRICOS, ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS** é de **R\$ 14.000,00** (cento e quatorze mil reais).

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 8.1. A solução adotada para atender à necessidade apresentada pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Baixa Verde/PE é a **CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, de empresa de notória especialização, para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços de engenharia, conforme previsto no art. 74, inciso III, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, da Lei nº 14.133/2021;
- 8.2. A empresa contratada deverá atuar no apoio técnico à Administração Municipal na análise, elaboração e complementação de projetos de engenharia e arquitetura, na fiscalização de obras públicas nas áreas de infraestrutura urbana, saneamento, educação e lazer, bem como no gerenciamento de contratos de repasse e convênios firmados com a União. A contratação também abrangerá o acompanhamento físico e financeiro das intervenções, emissão de pareceres técnicos e orientação na instrução processual e documental das etapas de execução contratual;
- 8.3. A adoção desse modelo de solução garante à Administração eficiência na condução de obras públicas, conformidade técnica e legal dos projetos e serviços, e segurança no uso dos recursos públicos, sobretudo em contextos que envolvem investimentos federais e exigem rigor no cumprimento de metas físicas e prazos;
- 8.4. A prestação será executada de forma contínua, com alocação de equipe técnica multidisciplinar e relatórios periódicos, respeitando cronogramas acordados e metas pactuadas com os setores responsáveis, assegurando controle, qualidade e eficiência na implementação das políticas públicas de infraestrutura;
- 8.5. Dada essa complexidade e especificidade, não é possível definir de forma objetiva e comparável um conjunto de especificações técnicas que permita a formulação de propostas em regime competitivo. O resultado esperado depende diretamente da



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

expertise, metodologia e know-how do contratado, razão pela qual configura-se inviabilidade de competição e legitima-se a inexigibilidade de licitação;

- 8.6. Ademais, essa contratação atende aos princípios da eficiência, planejamento e economicidade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo considerada a mais vantajosa para a Administração Pública por:
- 8.7. A solução apresentada proporciona vantagens significativas para a Administração Pública, garantindo qualidade técnica elevada, eficiência administrativa e segurança jurídica;
- 8.8. Diante do que foi exposto, a **CONTRATAÇÃO DIRETA**, proporciona a melhor solução para o interesse público, uma vez que assegura a prestação de um serviço de excelência, alinhado às características locais e ao planejamento estratégico da infraestrutura do município;
- 8.9. O objeto desta contratação não se enquadra nas vedações, previstas no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 8.10. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto desta especificação.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

---

- 9.1. A presente contratação trata da prestação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual, a serem executados de forma integrada e coordenada, exigindo visão sistêmica e domínio metodológico unificado por parte da empresa contratada. Dada a interdependência das atividades que envolvem elaboração, complementação e análise de projetos técnicos, fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços públicos, a divisão do objeto em partes autônomas ou por especialidades comprometeria a coerência técnica, a eficiência na gestão e a efetividade da execução contratual;
- 9.2. Nos termos do § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento torna-se dispensável quando tecnicamente inviável ou antieconômico. Neste caso, a fragmentação das etapas da contratação geraria riscos operacionais à padronização dos procedimentos, aumento de custos administrativos, dificuldade de responsabilização técnica, além de prejuízo à continuidade e à lógica de integração dos serviços;
- 9.3. Assim, a execução do objeto em lote único é a forma mais adequada e vantajosa para a Administração, assegurando eficiência técnica, unidade metodológica e segurança jurídica à condução do contrato;
- 9.4. Diante dos fatores expostos, a decisão de não parcelar a contratação encontra respaldo na justificativa técnica da **UNIDADE FUNCIONAL DO OBJETO**, na busca da melhor solução à Administração Pública, e na necessidade de garantir resultados integrais, economicamente vantajosos e operacionalmente viáveis;

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS**

---

- 10.1. Não há a necessidade de contratações/aquisições correlatas ao objeto ora debatido.

## **11. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

---



ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

- 11.1. A contratação permitirá à Administração Municipal assegurar elevado padrão técnico nas análises urbanísticas e ambientais, com a emissão de pareceres técnicos consistentes, imparciais e fundamentados, garantindo que os projetos estejam em estrita conformidade com o Plano Diretor, Código de Obras, legislações ambientais e demais normas urbanísticas aplicáveis. Isso assegura maior segurança nas decisões administrativas e promove credibilidade institucional nos atos de aprovação e fiscalização.;
- 11.2. Espera-se também a redução de riscos jurídicos e técnicos, com a mitigação de falhas de projeto, omissões técnicas ou aprovações indevidas que possam implicar em responsabilizações legais ou prejuízos ao erário. A atuação técnica especializada permitirá maior controle sobre os empreendimentos, com melhoria na fiscalização e maior eficiência na tramitação dos processos, otimizando o tempo de resposta da Administração e proporcionando maior previsibilidade e segurança jurídica para investidores e empreendedores locais;
- 11.3. Por fim, a contratação contribuirá para o fortalecimento da gestão pública e da governança urbana, por meio do apoio de equipe técnica qualificada, incluindo engenheiro ambiental, e da construção de decisões respaldadas tecnicamente. Isso impactará diretamente na promoção de um desenvolvimento urbano sustentável, com foco na inclusão social, equilíbrio ambiental e respeito às diretrizes territoriais, além de garantir maior transparência à população, com critérios técnicos claros e alinhamento ao interesse coletivo.

**12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

---

- 12.1. A celebração de contrato com a empresa contratada será formalizada conforme a legislação vigente, e sua execução deverá ser rigorosamente acompanhada e fiscalizada pelos fiscais designados, ou por seus respectivos substitutos. Essa fiscalização visa garantir o cumprimento integral das condições estabelecidas, assegurando a qualidade dos serviços prestados e os melhores resultados para a Administração;
- 12.2. Demais cláusulas relacionadas à gestão, acompanhamento, fiscalização e penalidades estarão detalhadamente descritas no instrumento contratual.

**13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

---

- 13.1. Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/400787](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/400787).
- 13.2. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

**14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

---

- 14.1. O Estudo Técnico Preliminar indica que esta forma de contratação é perfeitamente viável e que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos.





ESTADO DE PERNAMBUCO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE**

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE  
CNPJ 35.445.485/0001-01

- 14.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da **CONTRATADA** e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 14.3. Com esta contratação será possível realizar o fornecimento do serviço adequado para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transportes e Mobilidade Urbana.
- 14.4. Desta forma, declara-se viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020.
- 14.5. Ante o exposto, resta translúcido que a contratação em comento propicia ao Município, além dos ganhos já elencados nos tópicos precedentes, a não exposição do gestor a quaisquer questionamentos que eventualmente possam ser suscitados por qualquer autoridade, de qualquer instância ou Poder.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE, 06 de Outubro de 2025.

**TANIA DA SILVA CHAVES**

Portaria nº 098/2025  
Responsável pelo ETP